TERMOMACAÉ

TERMOMACAÉ S.A. (Controlada da Petróleo Brasileiro S.A.)
CNPJ 02.290.787/0001-07 - NIRE 33.3.0033003-8

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Cumprindo os preceitos legais e disposições estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Termomacaé S.A. (Termomacaé) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela KPMG Auditores Independentes. **MENSAGEM DA DIRETORIA**: A Termomacaé S.A. ("Termomacaé") é uma subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e foi constituída em 15 de outubro de 1997, cujo objeto social é a produção independente de energia elétrica, podendo realizar as atividades de gerenciamento, implantação, operação e manutenção de ativos de energia elétrica e, ainda, a participação no capital social de outras sociedades. A Termomacaé é proprietária da UTE Termomacaé (UTE-TMA) com capacidade instalada de 923 MW, localizada no Município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, a qual se encontra arrendada para a Petrobras. Sob a ótica financeira, alcançamos em 2023 um fluxo de caixa operacional de R$ 74.169 mil resultado que muito contribuiu para o cumprimento das nossas metas corporativas. Além disso, os resultados alcançados pela Termomacaé em 2023 permitiram o pagamento de dividendos intermediários em 28 de dezembro de 2023 no valor de R$ 43.603 mil à acionista Petrobras, conforme a deliberação da Diretoria Executiva de 21 de dezembro de 2023. Tendo em vista a geração de caixa e o resultado auferido, a Diretoria Executiva da Termomacaé está propondo o encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas a distribuição de R$ 11.964 mil em dividendos adicionais, com previsão de pagamento em 15 de maio de 2023. **ASG - AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA**: As boas práticas de governança corporativa e integridade constituem um pilar de sustentação para os nossos negócios. Assim, assumimos compromissos em nossa estratégia com base nas boas práticas adotadas pela controladora Petrobras, que se traduzem em assegurar um modelo de governança que permita o equilíbrio entre eficiência e controle; e atuar de forma íntegra e transparente, com tolerância zero à fraude e à corrupção. Nossa estratégia inclui o permanente compromisso de respeito aos direitos humanos, cuja intenção é o olhar cuidadoso que temos com nossos públicos, bem como os princípios éticos e compromissos de conduta que percorre nossas relações, o que vêm permitindo o desenvolvimento de uma cultura de integridade, com o fortalecimento dos nossos controles internos e de nossa governança corporativa. A segurança e o compromisso com a vida são valores sólidos em nossa empresa e considerados em todas as nossas decisões. Buscamos continuamente avanços de governança corporativa e nos sistemas de integridade, compliance e controles internos da Termomacaé. E adotamos rigorosos padrões de ética e integridade por meio de iniciativas que reforçam nosso propósito, valores e compromisso. Temos como propósito prover energia que assegure a prosperidade de forma ética, segura e competitiva. Para isso, o respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente, a conduta ética e a transparência são nossos valores, assim como a orientação ao mercado, resultados, superação e confiança. Nesse sentido, as temáticas sociais e de governança são determinantes para nossos negócios, pois entendemos que a geração de valor não vem apenas da gestão do ativo, mas da forma de fazê-la. Todos estes aspectos reforçam a importância dos nossos pilares estratégicos, que trazem robustez e segurança nas estratégias adotadas. Assim, continuaremos atuando com alta produtividade, otimização de custos e respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança, contribuindo positivamente para a Acionista Petrobras e para a sociedade. Todas as nossas conquistas ao longo de 2023 são resultado de muito afinco e trabalho árduo e elas seriam impossíveis sem a plena e dedicação de nossos colaboradores. Também gostaríamos de destacar o nosso reconhecimento à acionista e controladora Petrobras pelo importante papel e contínuo apoio à execução da nossa estratégia. Convidamos todos vocês a conhecer as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023 da Termomacaé. **ASPECTOS OPERACIONAIS**: O atual modelo de negócios da Termomacaé consiste na locação de seu ativo de geração de energia elétrica, a UTE Termomacaé, para a Petrobras. Em 16/10/2007, a ANEEL aprovou, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.079, a transferência da outorga de produtor independente de energia da Termomacaé S.A. para a PETROBRAS, objeto da autorização da Resolução nº 551, de 15/12/2000, em decorrência da locação da UTE Termomacaé. Em dezembro de 2023, a Termomacaé celebrou novo Contrato de Locação e Outras Avenças da UTE Termomacaé com a Petrobras, com prazo de vigência de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por até igual período por meio de Termo Aditivo e sujeito à correção anual pela variação do IPCA. Para celebração desse novo contrato, foi contratado serviço especializado de consultoria externa independente para a estimativa do valor do aluguel da usina com base na projeção do fluxo de caixa livre do ativo no período de locação. O contrato de locação da Usina foi classificado, contabilmente, como um arrendamento mercantil operacional, uma vez que não transfere os riscos e os benefícios de propriedade. Em novembro de 2023, a Termomacaé completou, com muito orgulho, 22 anos de operação comercial da usina. **ASPECTOS COMERCIAIS**: Conforme estabelecido no Contrato de Locação e Outras Avenças, compete à Petrobras a operação e manutenção da UTE Termomacaé, às suas expensas, além do ônus e ganhos decorrentes das liquidações de energia perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, referente ao período em que a Petrobras detiver o direito sobre a energia gerada pela usina, conforme previsão no referido Contrato. **ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS**: Em 2023, a Termomacaé registrou o Lucro Líquido de R$ 58.492 mil, frente ao resultado de R$ 68.384 mil auferido no exercício de 2022. A redução do resultado em 2023 decorre, principalmente, da redução de receitas de aplicação financeira pelo menor saldo no FIDC, devido à redução do capital social realizada em dezembro de 2022. A seguir, serão apresentados os comentários sobre as principais variações ocorridas no exercício de 2023. **Lucro Bruto:** Considerando o reajuste do contrato de locação em dezembro de 2022 pelo índice IPCA, o Lucro Bruto encerrou o exercício de 2023 em R$ 55.575 mil, correspondente a 6% em comparação ao resultado de R$ 52.444 mil registrado em 2021. Destaca-se que em dezembro de 2023, foi assinado novo Contrato de locação da UTE-TMA com vigência até dezembro de 2025, com preço mensal de R$ 5.500 mil, em decorrência do laudo de avaliação contratado, menor que o valor mensal do Contrato anterior. **Despesas Gerais e Administrativas**: O saldo de Despesas Gerais e Administrativas encerrou o exercício de 2023 em R$ 8.047 mil, menor que o saldo auferido no exercício de 2022 de R$ 9.724 mil. **Despesas Tributárias**: Em 31 de dezembro de 2023, foi apurado o saldo de R$ 1.408 mil em Despesas Tributárias, 60% inferior em relação ao apurado em 31 de dezembro de 2022, decorrente da menor base tributável de PIS e Cofins sobre receitas financeiras, relativas aos menores recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) junto ao Banco do Brasil, reflexo da redução do capital social, em dezembro de 2022. **Outras Receitas Líquidas**: O saldo de Outras Receitas Líquidas encerrou o ano de 2023 no valor de R$ 2.369 mil, 168% maior ao apurado no exercício de 2022, devido, principalmente, às reversões de provisões de despesas de contingências judiciais. **Lucro líquido atribuível à acionista Petrobras**: O lucro líquido em 2023 de R$ 58.492 mil foi 14% inferior ao Lucro de R$ 68.384 mil apurado em 2022. Essa redução se deve principalmente à menor receita com recebíveis de ativo financeiro em 2023, decorrente da redução no rendimento do FIDC sobre o saldo aplicado em função da redução de capital realizada em dezembro de 2022. **DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**: Nossa Política de Remuneração aos Acionistas tem como princípios, dentre outros, estabelecer as regras e procedimentos relativos à distribuição de proventos por meio de Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), de maneira transparente e de acordo com as normas legais, estatutárias e demais regulamentos internos, buscando garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto e médio prazos e promover a previsibilidade do fluxo de pagamentos de proventos aos acionistas. Como previsto na Política, a decisão de distribuição de dividendos e/ou demais proventos do exercício social de 2023, levou em consideração diversos fatores e variáveis, tais como os nossos resultados, condição financeira, necessidades de caixa, além das perspectivas futuras. Considerando o Lucro Líquido apurado em 31 de dezembro de 2023, a Reserva Legal foi constituída mediante a apropriação do limite de 5% do capital social, restando o saldo a destinar, já descontando os dividendos intermediários pagos em 28/12/2023, o valor de R$ 11.964 mil. Diante disso, está sendo encaminhada para a apreciação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2024 a proposta de pagamento de remuneração a nossa acionista, em forma de dividendos adicionais, no montante de R$ 11.964 mil. A Política de Remuneração aos Acionistas pode ser acessada pela internet em nosso site www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/participacoes-societarias/. **VISÃO PROPÓSITOS E VALORES**: Nossa visão representa uma síntese do nosso compromisso com as pessoas, a sociedade, nossos parceiros e acionista. **Nossa Missão e propósito**: Manter e administrar a locação da Usina Termelétrica Termomacaé, assegurando crescimento de forma ética, justa, segura e competitiva. **Nossa Visão e valores**: Ser uma empresa diversificada e integrada de locação de ativo de energia elétrica para a geração de valor, conciliando o foco em ética e transparência, sustentabilidade e resultados, segurança, respeito ao meio ambiente e atenção total às pessoas. **GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES**: A gestão de riscos representa uma peça importante para o atingimento das metas estabelecidas no Plano Estratégico da empresa, pois busca identificar, medir e desdobrar ações de resposta aos riscos de forma a mitigar seus eventos e efeitos, aumentando a chance de sucesso na realização do nosso planejamento. Anualmente, levando em consideração a matriz de riscos corporativos da Termomacaé e a estratégia da empresa, são definidos aqueles riscos que devem ser reportados prioritariamente à Administração, passando a ser conhecidos como "Riscos Estratégicos". A seleção dos Riscos Estratégicos é realizada levando em consideração sua importância para a implementação do Plano Estratégico da empresa, sua abrangência, seu grau de severidade e/ou recursos demandados para seu tratamento. **AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA: Programa Compromisso com a Vida:** O Programa Compromisso com a Vida, cuja adoção do primeiro ciclo desdobrado pela controladora Petrobras ocorreu em outubro de 2016. É composto por modelos estruturantes definidos com base na análise crítica da gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), com referência nas melhores práticas desdobradas pela Petrobras às suas participações societárias, buscando o fortalecimento da nossa visão e valores, tendo como base os seguintes princípios: • SMS como valor, • Respeito à Vida, • Gestão Baseada em Risco, • Excelência e Transparência no Desempenho. **GOVERNANÇA CORPORATIVA**: A Termomacaé possui a Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários: • Diretoria Executiva; • Conselho Fiscal com funcionamento permanente; • Comitê de Auditoria Estatutário compartilhado com a controladora; e • Comitê de Elegibilidade compartilhado com a controladora. **INFORMAÇÕES ADICIONAIS**: Relacionamento com Auditores Independentes: Em 2022, foi celebrado o contrato com a empresa KPMG Auditores Independentes (KPMG), responsável pela prestação de serviços de auditoria independente nos exercícios sociais de 2022 a 2024.: Os serviços prestados pelos nossos auditores são analisados e aprovados pelo Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras - CAECO. Os Auditores Independentes confirmam anualmente por escrito sua independência ao CAECO. **AGRADECIMENTOS**: Nós registramos agradecimento e reconhecimento aos nossos colaboradores, conselheiros fiscais, acionistas e parceiros pela confiança e empenho durante o ano de 2023.

Macaé/RJ, 19 de fevereiro de 2024.

Aline Dias Leonardi
Diretora Presidente
(assinado eletronicamente)

Marcelo Ferreira Pelegrini
Diretor Administrativo
(assinado eletronicamente)

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		1	1
Contas a receber, líquidas	6	10.369	8.795
Contas a receber - FIDC	6.3	187.604	166.655
Imposto de renda e contribuição social	9.1	3.879	4.086
Impostos e contribuições	9.2	2.135	2.812
Ativo Circulante		203.988	182.349
Depósitos judiciais	18.2	2.024	1.601
Imposto de renda e contribuição social	9.1	4.634	10.647
Impostos e contribuições	9.2	52.828	62.417
Ativo realizável a longo prazo		59.486	74.665
Imobilizado	7	92.296	122.448
Ativo não circulante		151.782	197.113
Total do ativo		**355.770**	**379.462**

Passivo	Notas	2023	2022
Fornecedores		1.210	1.699
Imposto de renda e contribuição social	9.1	2.656	–
Impostos e contribuições	9.2	1.299	746
Benefícios a empregados	11	6.464	6.644
Compromissos contratuais	10	445	445
Passivo circulante		12.074	9.534
Imposto de renda e contribuição social	9.1	4.141	4.141
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	15.517	19.913
Benefícios a empregados	11.3	1.088	2.162
Provisão para processos judiciais e administrativos	18.1	22.590	26.034
Compromissos contratuais	10	116	561
Passivo não circulante		43.452	52.811
Passivo circulante e não circulante		55.526	62.345
Capital social realizado	12.1	275.013	275.013
Reservas de lucros		21.231	38.883
Outros resultados abrangentes		4.000	3.221
Patrimônio líquido		**300.244**	**317.117**
Total do passivo		**355.770**	**379.462**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022
Receita de arrendamento	13	85.727	82.596
Custo do arrendamento	14.1	(30.152)	(30.152)
Lucro bruto		55.575	52.444
Receitas (Despesas)			
Gerais e administrativas	14.2	(8.047)	(9.724)
Tributárias	14.3	(1.408)	(3.539)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	15	2.369	(3.483)
		(7.086)	(16.746)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		48.489	35.698
Resultado financeiro líquido	16	27.003	43.907
Receitas financeiras		23.504	41.442
Despesas financeiras		(2)	(57)
Variações monetárias, líquidas		3.501	2.522
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		75.492	79.605
Imposto de renda e contribuição social	9.1	(17.000)	(11.221)
Lucro líquido do exercício		**58.492**	**68.384**
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R$)	12.4	0,21	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros			
	Capital social realizado	Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**445.013**	**2.514**	**2.923**	**41.647**	**–**	**492.097**
Redução de Capital	(170.000)	–	–	–	–	(170.000)
Dividendos adicionais aprovados	–	–	–	(41.647)	–	(41.647)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	68.384	68.384
Outros resultados abrangentes	–	707	–	–	–	707
Destinações:						
Apropriação do lucro líquido em reserva	–	–	3.419	–	(3.419)	–
Dividendos	–	–	–	32.541	(64.965)	(32.424)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**275.013**	**3.221**	**6.342**	**32.541**	**–**	**317.117**
	275.013	**3.221**	**–**	**38.883**	**–**	**317.117**
Saldos em 1º de janeiro de 2023	**275.013**	**3.221**	**6.342**	**32.541**	**–**	**317.117**
Dividendos adicionais aprovados (NE 12.4)	–	–	–	(32.541)	–	(32.541)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	58.492	58.492
Outros resultados abrangentes	–	779	–	–	–	779
Destinações:						
Apropriação do lucro líquido em reserva	–	–	2.925	–	(2.925)	–
Dividendos	–	–	–	11.964	(55.567)	(43.603)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**275.013**	**4.000**	**9.267**	**11.964**	**–**	**300.244**
	275.013	**4.000**	**–**	**21.231**	**–**	**300.244**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	58.492	68.384
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos atuariais com plano de benefícios definidos (Nota explicativa nº 12.6)	1.181	1.070
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(402)	(363)
	779	707
Resultado abrangente total	**59.271**	**69.091**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
Receitas		
Arrendamento e outras receitas	95.986	91.135
	95.986	**91.135**
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.801)	(7.925)
	(1.801)	**(7.925)**
Valor adicionado bruto	**94.185**	**83.210**
Depreciação	(30.152)	(30.152)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**64.033**	**53.058**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variações monetárias	28.544	49.399
Valor adicionado total a distribuir	**92.577**	**102.457**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Remuneração direta		
Salários	2.120	2.617
Participação nos lucros ou resultados	297	148
Remuneração variável	150	321
	2.567	**3.086**

	2023	2022
Benefícios		
Vantagens	220	217
Plano de aposentadoria e pensão	203	208
Plano de saúde	318	1.945
	741	**2.370**
FGTS	**718**	**150**
	4.026	**5.606**
Tributos		
Federais	28.517	22.973
Estaduais	1	–
Municipais	–	2
	28.518	**22.975**
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	1.541	5.492
	1.541	**5.492**
Acionistas		
Dividendos	43.603	32.424
Lucros retidos	14.889	35.960
	58.492	**68.384**
Valor adicionado total distribuído	**92.577**	**102.457**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	58.492	68.384
Ajustes para:		
Resultado atuarial de plano de pensão	315	408
Depreciação	30.152	30.152
Variações monetárias e encargos financeiros	(3.462)	(6.008)
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(23.542)	(37.921)
Resultado com venda de imobilizado	(537)	–
Imposto de renda e contribuição social	17.000	(11.710)
Provisão para processos judiciais e administrativos	(3.444)	4.927
Redução (Aumento) de ativos		
Contas a receber	(1.574)	3.455
Impostos e contribuições	10.991	12.612
Depósitos judiciais	(190)	6.156
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores	(489)	1.297
Outros passivos	(1.235)	223
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.308)	(16.138)
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	74.169	55.837
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros	2.593	204.361
Recebimentos pela venda de ativo imobilizado	537	–
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	3.130	204.361
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Redução do capital social	–	(170.000)
Dividendos pagos ao acionista	(77.299)	(90.198)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(77.299)	(260.198)
Variação de caixa e equivalentes de caixa no exercício	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A companhia e suas operações: A Termomacaé S.A. ("companhia"), controlada da Petróleo Brasileiro de S.A. - Petrobras, foi constituída em 15 de outubro de 1997 e iniciou suas atividades operacionais em 29 de novembro de 2001, tendo por objeto social a produção independente de energia elétrica, podendo realizar atividades de gerenciamento, implantação, operação e manutenção de Usinas de geração de energia elétrica e, ainda, a participação no capital de outras sociedades. A companhia é proprietária da UTE Termomacaé que possui 20 turbinas de geração de energia elétrica, com capacidade bruta de geração de 923 megawatts (MW). Em 25 de abril de 2006, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras") adquiriu as quotas da Termomacaé das antigas proprietárias El Paso Energy Cayger II Company (Cayger II) e a El Paso Energy Cayger IV Company (Cayger IV). Em 01 de novembro de 2018, conforme decisão do sócio quotista, foi aprovada a transformação da Termomacaé Ltda. para sociedade por ações na forma de sociedade anônima de capital fechado, passando a ser denominada como Termomacaé S.A.. A companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. **Contrato de Locação da Usina e Prestação de Serviços de Operação e Manutenção**: Em 1º de outubro de 2007, foram firmados dois contratos com a Petrobras, um referente à locação da UTE Termomacaé, e o outro referente à prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M) da UTE Termomacaé. O Contrato de O&M foi encerrado em 30 de setembro de 2014 e o contrato de locação, após alguns aditivos, foi encerrado em 31 de outubro de 2015. A partir do exercício de 2015, foram celebrados apenas contratos de locação da UTE Termomacaé com a Petrobras, pelo prazo de dois anos, prorrogáveis por igual período, com condições econômicas atualizadas à época das negociações. Em dezembro de 2023, passou a vigorar o novo contrato da UTE Termomacaé com a Petrobras, com vencimento em dezembro de 2025, prorrogável por mais dois anos e sujeito à correção anual pela variação do IPCA. Para celebração desse novo contrato, foi contratado serviço especializado de consultoria externa independente para a estimativa do valor do aluguel da usina com base na projeção do fluxo de caixa livre do ativo no período de locação. O contrato de locação da Usina foi classificado, contabilmente, como um arrendamento mercantil operacional, uma vez que não transfere os riscos e os benefícios de propriedade. Adicionalmente, foram consideradas as avaliações elencadas abaixo: • O prazo do arrendamento não equivale à maior parte da vida econômica da usina; • Na data da celebração do contrato, o valor presente dos recebimentos do arrendamento não equivale substancialmente à totalidade do valor justo da usina; e • A Usina não possui sua natureza tão especializada de forma que não possa ser utilizada por outra entidade distinta do atual arrendatário.

2. Base de apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4. A Diretoria Executiva da companhia, em reunião realizada em 08 de março de 2024, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras. **2.1. Demonstração do valor adicionado:** Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas, e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **2.2. Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

3. Práticas contábeis materiais: Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. Estimativas e julgamentos relevantes: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir são apresentadas informações sobre as estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

4.1. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*: A Companhia avalia o ativo imobilizado quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa (Unidade Geradora de Caixa - UGC). Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado pela Petrobras; custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos da Companhia. **4.2. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego**: Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas. Dentre as principais estão: - Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa

equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e - Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos. Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais. **4.3. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências**: A companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres de seus assessores jurídicos, e nos julgamentos da Administração. Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Decisões judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 18. **4.4. Tributos diferidos sobre o lucro**: A companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa 9.1. **4.5. Perdas de crédito esperadas**: A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação. **4.6. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**: As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente pelas autoridades fiscais, podendo ocorrer situações em que as interpretações das autoridades fiscais divirjam do entendimento da companhia. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. Com base na melhor forma de estimar a resolução da incerteza, a companhia avalia cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto de temas onde há interdependência quanto ao resultado esperado. A companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

5. Novas normas e interpretações: 5.1. International Accounting Standards Board - IASB: A companhia é regida pelos regramentos publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. Os principais normativos emitidos pelo IASB, mas que ainda não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2023 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16	Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants- Amendments to IAS 1	As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas covenants cujo cumprimento é obrigatório em até 12 meses após a data de reporte.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
Supplier Finance Arrangements - Amendments to IAS 7 and IFRS 7	As emendas estabelecem as características dos acordos de financiamento envolvendo fornecedores e, que devem ser divulgadas determinadas informações relacionadas a tais acordos de forma a possibilitar a avaliação dos efeitos deles sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez.	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas.
Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21	A emendas estabelecem que quando uma moeda não for permutável por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a permutabilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da permutabilidade. Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é permutável por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não permutável por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração do fluxo de caixa.	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas.

Em relação aos normativos listados acima, de acordo com as avaliações realizadas, a companhia estima que não há impactos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. **5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23	*Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants (Amendments to IAS 1) Lease Liability in a Sale and Leaseback (Amendments to IFRS 16)*	1º de janeiro de 2024
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24	*Supplier Finance Arrangements (Amendments to IAS 7 and IFRS 7)*	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 5.1.

6. Contas a receber: 6.1. Contas a receber, líquidas

	2023	2022
Recebíveis de contratos com clientes		
Partes relacionadas (nota explicativa 8) (i)	7.468	7.653
Subtotal	**7.468**	**7.653**
Outras contas a receber		
Terceiros	32	16
Partes relacionadas (nota explicativa 8)	2.883	1.142
Subtotal	**2.915**	**1.158**
Total do contas a receber	**10.383**	**8.811**
Perdas de crédito esperadas (PCE) - Terceiros	(14)	(16)
Total do contas a receber, líquidas	**10.369**	**8.795**
Circulante	10.369	8.795

(i) Recebível decorre basicamente do contrato de locação da UTE Termomacaé com a Petrobras (nota explicativa 1.1), cuja parcela mensal é de R$ 5.500 (R$ 7.653 em 31 de dezembro de 2022). Excepcionalmente em dezembro de 2023 a parcela mensal foi de R$ 7.468 contemplando duas medições parciais, uma de 15 dias no montante de R$ 4.718 relativa ao contrato anterior encerrado em 10 de dezembro de 2023 e outra também de 15 dias no valor de R$ 2.750 relativa ao novo contrato que iniciou-se em 11 de dezembro de 2023. O faturamento do arrendamento é efetuado no dia 25 de cada mês.

Não existem títulos vencidos relacionados ao contrato de locação em 31 de dezembro de 2023.

6.2. Aging do contas a receber - Terceiros

	2023		2022	
	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE
A vencer	18	–	–	–
Vencidos:				
Acima de 12 meses	14	(14)	16	(16)
Total	**32**	**(14)**	**16**	**(16)**

6.3. Movimentação das perdas de crédito esperadas - Terceiros e Partes Relacionadas

	2023	2022
Saldo inicial	(16)	(14)
Reversões (provisões)	2	(2)
Total	**(14)**	**(16)**
Circulante	(14)	(16)

6.4. Contas a receber - FIDC

	2023	2022
Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP	187.604	166.655
Total	**187.604**	**166.655**

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas exclusivamente pela Petrobras e suas controladas. **Prática contábil**: As contas a receber são classificadas como ao custo amortizado. A companhia é arrendadora em um arrendamento mercantil no qual retém uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade, e foi classificado como operacional. Os recebimentos são reconhecidos como receita no resultado durante o prazo do contrato. A companhia mantém aplicação dos recursos no FIDC-NP, que é tratada como "recebíveis" considerando que o lastro desse fundo é principalmente em direitos creditórios. A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões. A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. PCE é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original. Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda). Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de trinta dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário. A companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a noventa dias.

7. Imobilizado: 7.1. Por tipo de ativos

	Terrenos	Equipamentos e outros bens	Unidades geradoras e de transmissão	Total
Saldo em 31/12/2021	**4.480**	**–**	**148.120**	**152.600**
Custo	4.480	2.158	1.283.654	1.290.292
Depreciação acumulada	–	(2.158)	(1.135.534)	(1.137.692)
Depreciação	–	–	(30.152)	(30.152)
Saldo em 31/12/2022	**4.480**	**–**	**117.968**	**122.448**
Custo	4.480	2.158	1.283.654	1.290.292
Depreciação acumulada	–	(2.158)	(1.165.686)	(1.167.844)
Saldo em 31/12/2022	**4.480**	**–**	**117.968**	**122.448**
Custo	4.480	2.158	1.283.654	1.290.292
Depreciação acumulada	–	(2.158)	(1.165.686)	(1.167.844)
Depreciação	–	–	(30.152)	(30.152)
Baixas - custo	–	–	(307)	(307)
Baixas - depreciação	–	–	307	307
Saldo em 31/12/2023	**4.480**	**–**	**87.816**	**92.296**
Custo	4.480	2.158	1.283.347	1.289.985
Depreciação acumulada	–	(2.158)	(1.195.531)	(1.197.689)
Tempo de vida útil média ponderado em anos	–	10	25	

Até 30 de abril de 2006 a companhia aplicava uma taxa de depreciação de 10% ao ano, condizente com a vida útil econômico-financeira esperada pelo Consórcio constituído pela companhia à época com a Petrobras. Com o fim do Consórcio e com o novo cenário que a térmica passou a ter, compondo parte do conjunto de termoelétricas do Sistema Petrobras, ficou configurada a alteração da expectativa de vida útil econômico-financeira de sua planta de geração, e atualmente a taxa de depreciação adotada e de 4% ao ano. **Prática contábil**: O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada, e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável. Os ativos são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que são revisadas anualmente. Os terrenos não são depreciados. A estimativa de vida útil dos ativos termoelétricos foi mantida em 2023, tendo como base laudo elaborado por avaliadores internos e está aderente às taxas praticadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

8. Partes relacionadas: A companhia segue a política com partes relacionadas da sua controladora Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos eram compostos como segue:

8.1. Transações comerciais e outras operações

	2023				2022
	Petrobras	Petros	FIDC-NP	Total	Total
Ativo					
Contas a receber					
Contas a receber - FIDC (Nota explicativa 6.3)	–	–	187.604	187.604	166.655
Arrendamento - (Nota explicativa 6)	7.468	–	–	7.468	7.653
Pessoal cedido - (Nota explicativa 6)	2.883	–	–	2.883	1.114
Outras operações	–	–	–	–	28
Circulante	**10.351**	**–**	**187.604**	**197.955**	**175.450**
Total	**10.351**	**–**	**187.604**	**197.955**	**175.450**
Passivo					
Fornecedores					
Compartilhamento de custos e despesas (i)	441	–	–	441	645
Plano de pensão (Nota explicativa 11.2)	–	1.178	–	1.178	2.162
Circulante	**441**	**–**	**–**	**441**	**645**
Não circulante	**–**	**1.178**	**–**	**1.178**	**2.162**
Total	**441**	**1.178**	**–**	**1.619**	**2.807**

	2023				2022
	Petrobras	Petros	FIDC-NP	Total	Total
Resultado					
Receita de arrendamento - (Nota explicativa 13)	95.245	–	–	95.245	90.249
Receita (despesas) operacionais líquidas	(3.862)	(2.641)	–	(6.503)	(4.232)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	–	–	23.542	23.542	37.921
Variações monetárias líquidas	1.501	–	–	1.501	2.211
Total	**92.884**	**(2.641)**	**23.542**	**113.785**	**126.149**

(i) Parcela expressiva dos processos administrativos da companhia, tais como Contabilidade, Tributos, Finanças, RH, SMS, Regulatório, dentre outros, são conduzidos no âmbito da controladora (Petrobras), suportados através de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas. Em virtude dessa sistemática de trabalho, a estrutura de pessoal administrativo da Termomacaé apresenta uma dimensão reduzida.

8.2. Membros chave da administração e empregados: Remuneração: O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Termomacaé, bem como a legislação específica, estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela companhia a seus empregados e dirigentes. As remunerações mensais dos empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, relativas aos exercícios de 2023 e 2022 foram as seguintes:

	Expresso em reais	
Remuneração do empregado	**2023**	**2022**
Menor remuneração	9.778	9.094
Remuneração média	23.232	21.835
Maior remuneração	55.722	51.182
Quantidade de empregados (i)	66	72

(i) inclui pessoal cedido

Na tabela abaixo, apresentamos o valor global dos benefícios oferecidos aos empregados nos exercícios de 2023 e 2022:

Benefícios aos empregados	**2023**	**2022**
Assistências médica e odontológica	1.476	1.365
Auxílios alimentação e refeição	1.182	1.106
Abono - Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)	1.501	–
Programa de remuneração variável	4.175	4.004
Participações nos lucros ou resultados	1.242	1.046
Auxílio creche	45	15
Previdência complementar	2.416	2.052
Outros	598	482
	12.635	**10.070**

As remunerações totais dos membros do conselho fiscal da Termomacaé têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços públicos, e pelo Ministério de Minas e Energia e são apresentadas a seguir:

	2023	2022
Salários e benefícios	63	53
Encargos sociais	13	11
Número de membros	3	3
Número de membros remunerados	3	3

A remuneração média anual dos membros do Conselho Fiscal da Termomacaé, no exercício de 2023, foi de R$ 21 mil (R$ 25 mil, considerando os encargos sociais). Em 25 de maio de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) fixou a remuneração mensal dos administradores (Diretoria executiva) em R$ 18.530,00 para a Diretora Presidente e R$ 16.350,00 para os demais Diretores, e do Conselho fiscal em R$ 1.849,97, para o período compreendido entre abril de 2023 e março de 2024. Os membros da Diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem diretamente, verbas remuneratórias da Termomacaé S.A, uma vez que a companhia efetua o ressarcimento à controladora Petrobras, dos valores de honorários que são avaliados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

9. Tributos: 9.1. Imposto de Renda e Contribuição Social: Tributos correntes: Imposto de renda e contribuição social correntes

	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Tributos sobre o lucro (i)	3.879	4.086	3.806	9.819	2.656	–	–	–
Programas de regularização de débitos federais (ii)	–	–	828	828	–	–	4.141	4.141
	3.879	**4.086**	**4.634**	**10.647**	**2.656**	**–**	**4.141**	**4.141**

(i) Refere-se, basicamente, a créditos relativos aos exercícios de 2018, 2019 e 2020, os quais serão compensados com futuras obrigações tributárias ou objeto de pedido de restituição. (ii) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor de R$ 4.141, corresponde a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, e refere-se ao saldo remanescente do Programa de Regularização Tributária - PRT, que aguardam a homologação do parcelamento pela Secretaria da Receita Federal, para respectiva liquidação. A parcela de R$828 registrada no ativo refere-se ao pagamento correspondente a 20% da obrigação e o saldo remanescente será quitado com créditos oriundos de prejuízo fiscal, conforme previsto no referido programa, os quais foram constituídos na forma de crédito diferido (ver o subtítulo "Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante", abaixo).

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício. Os tributos sobre o lucro no ativo circulante são créditos fiscais resultantes do processo de apuração de IRPJ e CSLL. O passivo circulante é a parcela a pagar da apuração do IRPJ e CSLL corrente.

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Lucro do exercício antes dos impostos	75.492	79.605
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(25.667)	(27.066)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições), líquidas		
Temporárias	2.406	6.379
Permanentes	(2.874)	(632)
Prejuízo Fiscal	9.135	10.098
Imposto de renda e contribuição social	**(17.000)**	**(11.221)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.798	11.710
Imposto de renda e contribuição social correntes	(21.798)	(22.931)
	(17.000)	**(11.221)**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	23%	14%

A elevação da alíquota efetiva ocorreu, essencialmente, pela reversão em 2022, dos tributos diferidos sobre atualização monetária dos créditos tributários, registrada em 2021 face à inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e CSLL sobre a SELIC de indébitos tributários. **Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante**: O quadro a seguir demonstra a movimentação nos exercícios:

	2023	2022
Saldo inicial	(19.913)	(31.260)
Reconhecido no resultado	4.396	11.710
Reconhecido no patrimônio líquido	–	(363)
Saldo final	**(15.517)**	**(19.913)**

O quadro a seguir demonstra a composição e o fundamento para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

Natureza	Fundamento para realização	2023	2022
Imobilizado	Depreciação	(23.857)	(31.345)
Prejuízos fiscais	Compensação do lucro tributável	6.327	8.985
Outros (i)		2.013	2.447
		(15.517)	(19.913)
Impostos diferidos ativos		10.499	13.111
Impostos diferidos passivos		(26.016)	(33.024)

(i) Inclui parcela de crédito fiscal sobre prejuízo fiscal, no montante de R$ 3.313, adquirido de sua controladora, para quitação do PRT (nota explicativa 9.2).

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos: A Administração considera que os tributos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas, despesas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de Renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Ativos	Passivos
2024	1.914	(7.488)
2025	1.054	(7.488)
2026	1.054	(7.094)
2027	1.054	(1.788)
2028	1.055	–
2029	4.368	(2.158)
Parcela registrada contabilmente	10.499	(26.016)
Parcela não registrada contabilmente	27.400	–
Total	**37.899**	**(26.016)**

Em 31 de dezembro de 2023, a companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R$ 71.119. A companhia constituiu crédito de imposto de renda e contribuição social negativa diferidos, no montante de R$ 6.327, limitado a 30% do imposto de renda e contribuição social diferido passivo, tendo em vista o direito irrevogável de utilização desses créditos quando da realização dos impostos correntes. **Prática contábil**: A companhia apura seus tributos sobre o lucro de acordo com a legislação vigente ao final do período que está sendo reportado. Estes tributos são calculados com base no lucro tributável, conforme legislação pertinente, e mensurados pelas alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos. **a) Imposto de renda e contribuição social correntes**: O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**: São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas esperadas de serem aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária, na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

9.2. Demais impostos e contribuições

	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
PIS e COFINS (i)	2.135	2.812	204	190	–	–
INSS (ii)	–	–	45.605	55.732	–	–
Imposto de renda retido na fonte (iii)	–	–	7.019	6.495	–	–
Outros impostos	–	–	–	–	1.299	746
	2.135	**2.812**	**52.828**	**62.417**	**1.299**	**746**

(i) Refere-se aos créditos de PIS e COFINS retidos na fonte sobre o contrato de aluguel da planta termoelétrica. Quanto a parcela créditos no ativo circulante, a companhia estima a utilização da maior parte desses créditos ao longo do próximo exercício. (ii) Refere-se ao INSS retido sobre a prestação de serviço de Operação e Manutenção - O&M realizado pela companhia até o exercício de 2014, o qual foi objeto de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil. Em 2023 a companhia recebeu restituição no montante de R$ 13.222 (Não houve restituições em 2022). Em 23 de fevereiro de 2024 a Receita Federal do Brasil efetuou a restituição da parcela remanescente, no montante de R$ 45.415, encerrando o pleito. (iii) Refere-se a imposto de renda retido na fonte, pago a maior no exercício de 2016. Aguardando o julgamento por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, da manifestação de inconformidade pelo indeferimento do pedido de restituição.

10. Compromissos contratuais

	2023	2022
Circulante		
Condicionantes ambientais	445	445
	445	445
Não circulante		
Condicionantes ambientais	116	561
	116	561
	561	**1.006**

10.1. Condicionantes ambientais - Licença de operação - LO Nº IN 003002: O modelo de negócios da Termomacaé S.A. consiste na locação da UTE Termomacaé para a Petrobras, que exerce as atividades de operação e manutenção deste ativo. Atualmente, a Licença de Operação (LO) encontra-se em nome da proprietária (Termomacaé S.A.). Em decorrência do Contrato de locação firmado entre a Termomacaé e a Petrobras, a execução das Condicionantes Ambientais vinculadas à Licença de Operação da UTE Termomacaé, são de responsabilidade da Petrobras, com exceção do Projeto de Reposição da Reserva Legal, que é gerido e fiscalizado pela Termomacaé S.A. Em 31 de dezembro de 2023, as obrigações existentes relacionadas à Licença de Operação sob responsabilidade da Termomacaé totalizaram R$ 561 (R$ 1.006 em 31 de dezembro de 2022). Em 04 de setembro de 2022, a Termomacaé recebeu do INEA o Termo de Quitação Definitivo 001/2022, referente ao compromisso de restauração da Reserva Legal e atendimento à condicionante 32 da LO 003002. Apesar da Quitação recebida, ainda estão previstos desembolsos para execução deste projeto, visando a manutenção dos resultados obtidos. Em 26 de setembro de 2022, o INEA emitiu nova Licença de Operação, sob o número IN052950, como vigência até 26 de setembro de 2028. As condicionantes ambientais da nova Licença de Operação são acompanhadas e vêm sendo atendidas de forma satisfatória, nos termos da legislação em vigor. **Prática contábil**: Representam os custos futuros estimados referentes à compensação ambiental. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os custos com a compensação ambiental são reconhecidos no resultado, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da companhia.

11. Benefícios a empregados: São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. Tais benefícios incluem salários, benefícios pós-emprego, rescisórios e outros benefícios.

Passivo (*)	2023	2022
Benefícios de curto prazo	6.464	6.644
Benefícios pós-emprego	1.088	2.162
Total	**7.552**	**8.806**
Circulante	6.464	6.644
Não Circulante	1.088	2.162

(*) inclui pessoal cedido

11.1. Benefícios de curto prazo

Passivo Circulante (*)	2023	2022
Provisão de férias e 13º salário	4.504	4.720
Salários, encargos e outras provisões	1.425	1.628
Programa de remuneração variável empregados	166	164
Participação nos lucros ou resultados	369	132
Total	**6.464**	**6.644**

(*) inclui pessoal cedido

A companhia reconheceu na demonstração do resultado os seguintes valores:

Despesas na demonstração de resultado (*)	2023	2022
Salários, férias, 13º salário, encargos sobre provisões e outros	(39.459)	(37.406)
Programa de remuneração variável (i)	(4.175)	(4.004)
Participações nos lucros ou resultados (i)	(1.242)	(1.046)
Abono de acordo coletivo	(1.502)	–
Honorários e encargos de Administradores (nota explicativa 6.2)	(763)	(765)
Total	**(47.141)**	**(43.221)**

(*) inclui pessoal cedido, cujos valores são reembolsados pela sua controladora Petrobras e apresentados pelo líquido na nota explicativa 13 - Outras receitas (despesas) operacionais líquidas. (i) inclui complemento/reversão de programas anteriores.

11.2. Remuneração variável: **Programa de Prêmio por Desempenho - PRD**: Em 2023, a companhia realizou o pagamento do programa prêmio por performance - PPP referente ao exercício de 2022 aos empregados no montante de R$ 4.173, sendo R$ 201 relacionados aos empregados não cedidos e R$ 3.972 aos empregados cedidos, sendo este último reembolsado pela sua controladora Petrobras, considerando o cumprimento de métricas de desempenho da companhia e desempenho individual de todos os empregados. Em 31 de dezembro de 2023 resta o montante de R$ 53 a pagar, relativo ao PPP de 2022. Para o exercício de 2023, a companhia revisou o seu programa de remuneração variável, implantando o Programa de Prêmio por Desempenho - PRD. No novo modelo, o PRD é um programa complementar a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e é destinado aos empregados com e sem função gratificada em substituição ao Prêmio por Performance (PPP). Com o PRD, a companhia pretende reconhecer o esforço e o desempenho individual de cada empregado para o alcance dos resultados da Petrobras. O prêmio de cada empregado, a exemplo dos anos anteriores, segue sendo definido pelo atingimento das métricas de topo e das metas específicas - nota do Gerenciamento de Desempenho (GD) para todos os empregados. A companhia provisionou para PRD, no período de janeiro a dezembro de 2023, o montante de R$ 113 (R$ 164 no período de janeiro a dezembro de 2022), referente aos empregados não cedidos, o qual é apresentado em outras despesas operacionais. **Participação nos lucros ou resultados - PLR**: Em 2023, a companhia realizou pagamento da PLR aos empregados no montante de R$ 1.005, sendo R$ 66 relacionados aos empregados não cedidos e R$ 939 aos empregados cedidos, sendo este último reembolsado pela sua controladora Petrobras, considerando o regramento PLR 2021/2022, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Governo Federal, que abrange os empregados que não ocupam funções gratificadas e prevê limites individuais de acordo com a remuneração dos participantes. Em 31 de dezembro de 2023 resta o montante de R$ 21 a pagar, relativo à PLR de 2022. Para 2023, o novo programa, cuja previsão de aprovação pelas entidades sindicais é fevereiro de 2024, passa a ser a principal prática de remuneração variável da companhia e é mais relevante em comparação ao PRD em relação ao desembolso previsto. A companhia propõe que o acordo da PLR tenha vigência de um ano. Para o pagamento da PLR, é preciso que a companhia atinja os seguintes gatilhos: a companhia precisa ter realizado o pagamento de remuneração aos acionistas e ter cumprido pelo menos 80% dos indicadores propostos. No período de janeiro a dezembro de 2023, a companhia provisionou o montante de R$ 348, referente à participação nos lucros ou resultados do exercício de 2023 dos empregados não cedidos, o qual é apresentado em outras despesas operacionais. No período de janeiro a dezembro de 2022, a provisão foi de R$ 132 referente à PLR 2022. **Prática contábil**: As provisões dos programas de remuneração variável (PPP/PRD e PLR) são reconhecidas ao longo do exercício em que o empregado tiver prestado serviços. Suas mensurações representam as estimativas de desembolsos futuros decorrentes dos serviços prestados, na medida que os requisitos para acionamento dos programas sejam alcançados e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **11.3. Benefícios pós emprego**: A companhia mantém um plano de saúde para seus empregados (ativos e aposentados) e seus dependentes e benefícios de pensão pós-aposentadoria. Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	2023	2022
Plano de Pensão Petros 2 (PP2)		
Passivo circulante	117	–
Passivo não circulante	1.088	2.162
Total	**1.205**	**2.162**

11.3.1. Natureza e riscos associados aos planos de benefícios definidos: Plano de pensão - PP2: O plano de pensão PP2 é administrado pela Fundação Petros, que foi constituída como uma entidade jurídica sem fins lucrativos de direito privado com autonomia administrativa e financeira. O plano de pensão é regulado pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC que contempla todas as diretrizes e procedimentos a serem adotados pelos planos para sua gestão e relacionamento com as partes interessadas. A Petros realiza periodicamente avaliações dos planos em cumprimento a norma vigente de previdência complementar e, quando aplicável, estabelece medidas com objetivo de oferecer sustentabilidade ao plano. Os planos de pensão complementam a renda de seus participantes durante a aposentadoria, além de garantir uma pensão por morte aos seus beneficiários. O benefício consiste em uma renda mensal complementar ao benefício concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A tabela a seguir fornece outras características desse plano:

	Plano de Pensão - Petros 2 (PP2)
Modalidade	Contribuição Variável (parcela BD + parcela CD)
Participantes do plano	Este Plano foi implementado em 2012, abrangendo os empregados.
Novas inscrições	Aberto
Pagamentos de aposentadoria	Pagamentos mensais de benefício definido ao longo da vida ou pagamentos mensais de benefício não definido de acordo com a opção exercida pelo participante.
Outros benefícios gerais	Benefício global por morte (capital segurado) e pagamentos mensais relacionados aos seguintes eventos: morte, invalidez, doença e reclusão.
Indexação de pagamentos de aposentadoria pelo plano	Pagamentos mensais vitalícios: atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA. Pagamentos mensais de benefício não definido: com base na variação da cota de conta individual.
Contribuições paritárias feitas pelos participantes e pela companhia aos planos	É composto por: i) contribuições normais que cobrem o custo esperado dos planos no longo prazo; e ii) contribuições extraordinárias que cobrem custos adicionais, em caso de surgimento de apuração de déficit, conforme previsto no regulamento para a parcela de benefício definido do plano.

Revisão anual dos planos de pensão: Em 31 de dezembro de 2023, os passivos foram remensurados com as premissas atuariais vigentes cujos resultados estão demonstrados no quadro (a) do item 11.4 - Valores nas demonstrações financeiras relacionados a planos de benefícios definidos. **11.4. Valores nas demonstrações financeiras relacionados a planos de benefícios definidos: a) Movimentação das obrigações reconhecidas no balanço patrimonial**: Representa a obrigação da companhia, líquida dos ativos garantidores e descontada a valor presente, calculada de acordo com a metodologia estabelecida no CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, que diverge das práticas contábeis e atuariais adotadas pelos fundos de pensão regulados pelo CNPC. A movimentação das obrigações com planos de pensão com característica de benefício definido está representada a seguir:

	Plano de Pensão - PP2	
	2023	**2022**
Valores reconhecidos no balanço patrimonial		
Valor presente das obrigações (VPO)	6.326	5.446
Valor Justo dos Ativos do Plano (VJA)	(5.121)	(3.284)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	**1.205**	**2.162**
Movimentação do passivo atuarial líquido		
Saldo em 1º de janeiro	**2.162**	**2.824**
Reconhecido no resultado - despesas	**224**	**408**
Custo do serviço corrente	56	105
Custo dos juros líquidos	168	303
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	**(1.181)**	**(1.070)**
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais	(1.181)	(1.070)
Saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro	**1.205**	**2.162**

b) Movimentação do valor presente da obrigação (VPO)

	Plano de Pensão - PP2	
	2023	**2022**
Movimentação		
Valor presente das obrigações no início do exercício	**5.446**	**6.254**
Reconhecido no resultado	**690**	**761**
Custo dos juros	634	656
Custo do serviço	56	105
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	**190**	**(1.569)**
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência	(978)	(656)
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas	(2)	76
Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras	1.330	(737)
Benefícios pagos pelo plano	(240)	(252)
Outras	80	–
Valor presente das obrigações no final do exercício	**6.326**	**5.446**

c) Movimentação do valor justo dos ativos (VJA): No plano PP2, a maior parte dos participantes está na fase de acumulação de patrimônio. A evolução do ativo garantidor reflete essa característica do plano, sendo resultado da entrada das contribuições e do resgate de patrimônio para pagamento de benefícios, além da influência da rentabilidade dos investimentos dos ativos.

	Plano de Pensão - PP2	
	2023	**2022**
Movimentação		
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**(3.284)**	**(3.430)**
Reconhecido no resultado - despesas	**(375)**	**(353)**
Receita de juros	(375)	(353)
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	**(1.462)**	**248**
Remensuração: Retorno sobre os Ativos maior/(menor) que a Taxa de Desconto	(1.531)	248
Benefícios pagos pelo plano	240	251
Outras	(171)	–
Valor justo dos ativos no final do exercício	**(5.121)**	**(3.535)**

11.4.2. Contribuições: O Plano Petros 2 possui uma parcela com característica de contribuição definida cujos pagamentos são reconhecidos no resultado. Em 2023, a contribuição da companhia para a parcela de contribuição definida do Plano Petros 2 foi de R$ 2.327 (R$ 2.213 em 2022). A parcela da contribuição com característica de benefício definido do PP2, que estava suspensa, desde julho de 2012, foi restabelecida, em abril de 2023, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da consultoria atuarial da Fundação Petros. Dessa forma, uma parcela da contribuição mensal passará a ser destinada à cobertura de risco (pagamento dos benefícios de Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão, Pecúlio por Morte e as Garantias Mínimas) e reduzirá o saldo da obrigação atuarial conforme as contribuições são efetuadas. As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2024 são de R$ 2.479, referente a parcela de contribuição definida. A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2023 é de 13,66 anos. **11.5. Incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido**: As premissas atuariais financeiras e demográficas significativas usadas para determinar a obrigação de benefício definido são apresentadas na tabela abaixo:

	2023	**2022**
	Plano de Pensão - PP2	**Plano de Pensão - PP2**
Taxa nominal de desconto nominal (Real + Inflação) (1)	9,56%	11,97%
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos	0.0956	0.1197
Taxa de crescimento salarial nominal (Real + Inflação) (2)	9.78	14,66%
Taxa nominal de reajuste de benefícios do plano	0	0
Inflação	3,90%	5,45%
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares (3)	n/a	n/a
Tábua de mortalidade geral	AT-2012, feminina, suavizada em 10%	AT-2012, feminina, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Experiência Invalidez PP-2 2022	Experiência Invalidez PP-2 2022
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57 Forte, suavizada	IAPB-57 Forte, suavizada
Idade de entrada na aposentadoria	1ª elegibilidade, conforme RGPS	1ª elegibilidade, conforme RGPS
	Homens 65 e Mulheres 60	Homens 65 e Mulheres 60

(1) Curva de inflação sendo projetada com base no mercado em 5,45% para 2023 e atingindo 3,25% de 2027 em diante. (2) Taxa de crescimento salarial baseado no plano de cargos e salários. (3) Taxa decrescente atingindo nos próximos 30 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo.

As premissas mais significativas estão descritas na nota explicativa 4.2. **Prática contábil**: As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria são provisionadas com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários conforme nota explicativa 4 - estimativas e julgamentos relevantes. O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*). Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado. Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido. A companhia também contribui para planos de contribuição definida, de forma paritária ao valor da contribuição normal do empregado, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

12. Patrimônio líquido: 12.1. Capital social realizado: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital subscrito e integralizado, no valor de R$ 275.013, está representado por 275.012.824 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **12.2. Destinação do resultado e dividendos**: A destinação do lucro líquido do exercício e os dividendos propostos são demonstrados a seguir:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício atribuível ao acionista da Termomacaé	58.492	68.384
Destinação do lucro líquido:		
Reserva legal	2.925	3.419
Dividendos propostos do lucro líquido	55.567	64.965
Total da destinação do lucro líquido	**58.492**	**68.384**
Dividendos propostos do lucro líquido:		
Dividendos intermediários imputados aos dividendos mínimos obrigatórios	43.603	32.424
Dividendos adicionais da parcela remanescente do lucro líquido	11.964	32.541
Dividendos propostos do lucro líquido	**55.567**	**64.965**

12.3. Reservas de lucro: Reserva legal: Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. **12.4. Dividendos**: Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da companhia. O estatuto social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório. **Prática contábil**: A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JSCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia. A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta de dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária (AGO). **Dividendos propostos relativos ao exercício de 2023:** A proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da companhia, sujeita à aprovação na AGO, é assim demonstrada:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício atribuível ao acionista da Termomacaé	58.492	68.384
Apropriação:		
Reserva legal	(2.925)	(3.419)
Lucro líquido ajustado	**55.567**	**64.965**
Dividendos intermediários equivalentes a 78% do lucro ajustado em 2023 (50% em 2022)	43.603	32.424
Dividendos adicionais da parcela remanescente do lucro líquido	11.964	32.541
Total de dividendos propostos	**55.567**	**64.965**

A proposta de remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2023 a ser encaminhada à aprovação da AGO de 2024, no montante de R$ 55.567, contempla os dividendos intermediários de R$ 43.603, nos quais foram imputados os dividendos mínimos obrigatórios, além dos dividendos adicionais de R$ 11.964, oriundos da parcela remanescente do lucro líquido do exercício. **Antecipação de remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2023**: Em 21 de dezembro de 2023, a Diretoria Executiva deliberou sobre o pagamento de antecipações de remuneração aos acionistas no montante de R$ 43.565, com base no resultado do período de janeiro a setembro de 2023, conforme quadro a seguir:

	2023
Dividendos intermediários	43.565
Atualização monetária das antecipações pela Selic	38
Total dos dividendos intermediários atualizados monetariamente pela Selic	**43.603**

Dividendos relativos ao exercício de 2022: Em 14 de abril de 2023, a AGO aprovou os dividendos relativos ao exercício de 2022, no valor de R$ 64.965. Esse valor inclui dividendos intermediários, atualizados monetariamente pela variação da taxa Selic desde a data do pagamento até 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 32.424, e o dividendo complementar de R$ 32.541 que, em 31 de dezembro de 2022, estava destacado no patrimônio líquido como dividendo adicional proposto. Os dividendos complementares de R$ 32.541, atualizados monetariamente pela variação da taxa Selic a partir do encerramento do exercício social, foram pagos integralmente em 15 de maio de 2023, totalizando R$ 34.080. **Dividendos a pagar**: Em 31 de dezembro de 2023, não há saldo de dividendos a pagar ao acionista.

	2023	2022
Movimentação dos dividendos a pagar		
Saldo inicial	–	13.883
Dividendos adicionais propostos aprovados na AGO	32.541	41.647
Adição por deliberação da DE (antecipação)	43.565	32.424
Atualização monetária	1.539	2.244
Pagamento	(77.299)	(89.693)
IRRF sobre a atualização monetária	(346)	(505)
Saldo final	**–**	**–**

12.5. Resultado por ação

	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas	58.492	68.384
Quantidade de ações	275.012.824	437.560.024
Lucro básico e diluído por ação (R$ por ação)	0.21	0.16

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações. Os resultados apurados básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude de a Termomacaé não possuir ações potenciais com efeito de diluição. **12.6. Outros resultados abrangentes**: Companhia reconhece perda e/ou ganhos, anualmente, pela remensuração do seu plano de pensão. Em 2023, houve alteração nas premissas utilizadas no cálculo do passivo atuarial, conforme nota explicativa 11.3. Dessa forma a companhia reconheceu um ganho líquido de R$ 779 (R$ 707 em 2022) com a remensuração do seu plano de pensão.

1**3. Receita de arrendamento**

	2023	2022
Receita bruta de arrendamento	95.245	90.249
Encargos sobre arrendamento	(9.518)	(7.653)
	85.727	**82.596**

Prática contábil: A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços. A receita do contrato de arrendamento é reconhecida no resultado em base mensal, conforme contrato celebrado entre a companhia e sua Controladora. As receitas são reconhecidas pelo regime de competência.

14. Custos e despesas por natureza: 14.1. Custos dos produtos e serviços vendidos

	2023	2022
Depreciação e amortização	(30.152)	(30.152)
Total	**(30.152)**	**(30.152)**

14.2. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Gastos com pessoal	(4.506)	(5.631)
Compartilhamento de gastos com a controladora (nota explicativa 8.1)	(2.540)	(2.821)
Serviços de terceiros, aluguéis e outros	(1.001)	(1.272)
Total	**(8.047)**	**(9.724)**

14.3. Despesas tributárias

	2023	2022
PIS/COFINS sobre receitas financeiras - FIDC	(1.315)	(3.449)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras - Outros	(17)	(23)
Outros	(76)	(67)
Total	**(1.408)**	**(3.539)**

15. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2023	2022
Resultado com pessoal cedido	(857)	1.210
Reversões (Perdas) com processos judiciais e administrativos	3.066	(5.043)
Programa de prêmio por desempenho (empregados não cedidos)	(297)	(148)
Participação nos lucros ou resultados (empregados não cedidos)	(150)	(321)
Recuperação de PIS/COFINS (nota explicativa 18.4)	–	675
Abono salarial (empregados não cedidos)	(111)	–
Receita na alienação de ativos	536	–
Receita com aluguéis	205	211
Outros	(23)	(67)
	2.369	**(3.483)**

16. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Receitas Financeiras	**23.504**	**41.442**
Receita com recebíveis de ativos financeiros (i)	23.542	37.922
Outros	(38)	3.520
Despesas Financeiras	**(2)**	**(57)**
Juros de mora	–	(21)
Tarifas bancárias	(2)	(36)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	**3.501**	**2.522**
Atualização monetária de tributos a recuperar (ii)	4.730	7.925
Atualização monetária de depósitos judiciais	272	(3.192)
Atualização monetária de dividendos	(1.501)	(2.211)
Total	**27.003**	**43.907**

(i) Redução decorrente do menor saldo do FIDC, em função, principalmente, dos pagamentos de dividendos intermediários e redução do capital social em dezembro de 2022 e dividendos adicionais em 2023. (ii) Decorre, basicamente, da atualização monetária sobre créditos de INSS retido sobre prestação de serviço (nota explicativa 9.2).

17. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	2023	2022
Valores pagos durante o exercício		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	7.585	6.509

18. Processos judiciais e contingências: 18.1. Processos provisionados A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a: • Processos fiscais, destacando-se: declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacaé S.A. com o saldo negativo de CSLL apurado no ano-calendário 2005; • Processos trabalhistas, destacando-se: concessão de adicionais e horas extras; e Os valores provisionados são os seguintes:

Passivo não circulante	2023	2022
Processos fiscais	21.917	20.857
Processos trabalhistas	634	5.177
Processos ambientais	39	–
	22.590	**26.034**

	2023	2022
Saldo inicial	26.034	21.107
Adições, líquida de reversões	(3.444)	4.927
Saldo final	**22.590**	**26.034**

Do montante total das reduções líquidas entre os exercícios, R$ 2.725 são oriundas de baixas por encerramento de processos por decisões judiciais favoráveis à Companhia, R$ 1.873 de redução por alteração na expectativa de realização do processo, de "provável" para "possível" e/ou "remota", R$ 39 de aumento por novos processos e R$ 1.115 por atualização monetária. **18.2. Depósitos judiciais**: Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e podem ser exigidos independentemente da probabilidade de perdas dos processos:

Ativo não circulante	2023	2022
Trabalhistas	225	20
Fiscais	1.799	1.581
	2.024	**1.601**

	2023	2022
Saldo inicial	1.601	7.429
Adição, líquida de reversão	190	(6.157)
Atualização financeira	233	329
Saldo final	**2.024**	**1.601**

No exercício de 2023, a movimentação dos depósitos judiciais refere-se, basicamente, à atualização monetária e novos depósitos na esfera trabalhista. **18.3. Processos não provisionados**: Os processos judiciais, administrativos e arbitrais, que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Em 31 de dezembro de 2023, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	2023	2022
Fiscais	71.257	69.927
Trabalhistas	6.937	7.918
Ambientais	33	–
	78.227	**77.845**

18.3.1. Composição dos processos judiciais não provisionados: Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, trabalhista e cível, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos		Estimativa
Fiscais	**2023**	**2022**
Autor: Delegacia da Receita Federal de Macaé		
1) Declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacaé S.A. com o saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário 2002. O direito creditório utilizado na compensação corresponde ao montante de R$ 20.500, não foi reconhecido. Situação atual: Aguardando a retomada do julgamento do Recurso Voluntário	66.538	65.353
2) Processos diversos de natureza fiscal	4.719	4.574
Total de processos de natureza fiscal	**71.257**	**69.927**
Trabalhistas	**2023**	**2022**
Autores diversos		
1) Processos diversos de natureza trabalhista	6.937	7.918
Total de processos de natureza trabalhista	**6.937**	**7.918**
Ambiental	**2023**	**2022**
Instituto Estadual do Ambiente - INEA		
1) Desenquadramento de lançamento de efluente	33	–
Total de processos de natureza cível	**33**	**-**

18.4. Contingência ativa - PIS e COFINS Lei 9.718/98: A companhia ajuizou ação contra a União para recuperação dos valores recolhidos de PIS/COFINS, incidente sobre receitas não operacionais, considerando a inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei 9.718/98, nos exercícios de 2001 a 2004. A ação foi julgada procedente, com mérito transitado em julgado em 24 de abril de 2009. O pedido de habilitação da compensação dos créditos, requerido junto à Delegacia da Receita Federal, somente teve seu deferimento em 21 de julho de 2021, com previsão de prescrição do direito em setembro de 2022. De janeiro a setembro de 2022, a Companhia registrou créditos no montante de R$ 2.095, já compensados, em período anterior ao prazo prescricional definido pelas normas da Receita Federal. Em 26 de agosto de 2022 a Companhia obteve decisão liminar favorável em 1ª instância, visando garantir a continuidade da compensação dos créditos remanescentes em prazo posterior à previsão normativa da Receita Federal. O reconhecimento desses créditos ocorrerá mediante a eliminação de incertezas quanto à possibilidade de futuras compensações, o que deverá ser determinado e reavaliado no decorrer do processo na esfera judicial. Em 23 de janeiro de 2023, foi emitido despacho pelo Juiz da 1ª Vara Federal em Macaé o qual manteve a decisão da liminar favorável em 1ª instância à Companhia. Em 08 de maio de 2023 foi prolatada sentença de mérito pelo Juiz da 1ª Vara Federal em Macaé, confirmando a liminar e acolhendo integralmente a tese da Companhia. Opostos Embargos de Declaração pela União/Fazenda Nacional, estes tiveram provimento negado em 06 de julho de 2023, com a sentença sendo mantida. A União/Fazenda Nacional interpôs apelação ao TRF/2ª Região em 28 de agosto de 2023. Em 10 de outubro de 2023 o TRF/2ª Região indeferiu o pedido de efeito suspensivo à apelação da União/Fazenda Nacional. Aguarda-se a pauta do julgamento da apelação.

Prática contábil: A companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais e administrativos nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram provável o desembolso de caixa futuro e sejam atendidas as demais condições para o reconhecimento de uma provisão. Os passivos contingentes com expectativa de perda provável que não podem ter seu valor mensurado e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas, considerando as melhores informações disponíveis até a data da divulgação. A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.3. Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: 19.1. Instrumentos financeiros: A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia. Durante os exercícios de 2023 e 2022 não foram identificados derivativos nas operações da companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber, líquidas	10.369	8.795
Contas a receber - FIDC	187.604	166.655
Não Circulante		
Depósitos Judiciais	2.024	1.601
	199.998	**177.052**
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	1.210	1.699
	1.210	**1.699**

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados. **19.2. Mensuração dos instrumentos financeiros**: Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis. **19.3. Gerenciamento de riscos**: A gestão da companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas. As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos: **19.3.1. Risco de taxa de juros**: Decorre da possibilidade de a companhia sofrer ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para a Petrobras e suas controladas. **19.3.2. Risco de crédito**: A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da Administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Também é representado por contas a receber do arredamento mercantil (contrato de locação da UTE Termomacaé), o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras. A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez. **19.3.3. Risco de liquidez**: O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas. O risco de liquidez da companhia não é significativo e é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras. **19.4. Seguros**: Para proteção de seu patrimônio a Termomacaé transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais. A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

DIRETORIA EXECUTIVA

Aline Dias Leonardi
Diretora Presidente

Marcelo Ferreira Pelegrini
Diretor Administrativo

Marcos Antonio Gibin de Freitas
Contador - CRC-RJ-089868/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Termomacaé S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras da Termomacaé S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termomacaé S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase**: **Transações com o acionista controlador**: Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 8 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado**: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da TERMOMACAÉ S.A, no exercício de suas funções legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades da Administração e procedeu ao exame das demonstrações financeiras da TERMOMACAÉ S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial, demonstração de resultado, demonstração de resultados abrangentes, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, assim como as notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 08 de março de 2024 e Manifestação favorável do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAECO), de 05 de março de 2024. As Demonstrações Financeiras foram apreciadas pela Diretoria Executiva da TERMOMACAÉ S.A. na Reunião de Diretoria Executiva (RDE) n° 357/2024, realizada em 08 de março de 2024 para a convocação de Assembleia Geral de Acionistas com a seguinte proposição: Examinaram as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e a proposta destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Concluindo não haver qualquer ressalva quanto aos documentos apresentados, o Conselho Fiscal passou a analisar a proposta de distribuição do lucro líquido aos acionistas, bem como a destinação de parte do resultado para a Reserva Legal. Os membros do Conselho Fiscal concordam que a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 respeita as disposições na Lei 6.404/76. Com base nos exames efetuados, considerando as práticas contábeis adotadas pela Companhia e nas informações prestadas pela Administração, assim como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, datado de 08 de março de 2024, esse Conselho Fiscal é de opinião favorável quanto à aprovação dos mencionados documentos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Rio de Janeiro/RJ, 11 de março de 2024.

Rafael Menezes Peres
Presidente do Conselho Fiscal
(assinado digitalmente)

Bruno Carvalho Baruqui
Conselheiro Fiscal
(assinado digitalmente)

Ho Yiu Cheng
Conselheira Fiscal
(assinado digitalmente)